

Educaçã  
Por uma educação  
respeito às ideias  
difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 1

# QUAIS SÃO AS MEDIDAS MAIS URGENTES PARA MELHORAR O ENSINO BÁSICO BRASILEIRO?

*Maria Malta Campos*

*Setembro de 2007*

 Fundação Carlos Chagas



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 2

## **Autora**

*Maria Malta Campos*  
Pesquisadora Sênior  
Fundação Carlos Chagas

*Texto escrito especialmente para a sessão “Difusão de Idéias”.*

A resposta a essa indagação não exige nenhum conhecimento totalmente novo. Na realidade, há muito tempo existe um certo consenso, nos meios especializados, sobre o conjunto de fatores que estão significativamente associados à melhoria da qualidade do ensino. Esse consenso baseia-se em um acervo importante de pesquisas, no país e no exterior, e na experiência acumulada na gestão dos sistemas de ensino nas últimas décadas.

O período mais recente da educação no Brasil caracterizou-se por uma expressiva ampliação de sua cobertura, desde a educação infantil até o ensino médio, a qual levou à universalização do ensino fundamental na década passada. Os debates atuais, fortemente impactados pela divulgação dos resultados dos sistemas nacionais e estaduais de avaliação – SAEB, ENEM, Prova Brasil, SARESP, etc. – nem sempre levam em conta essa expansão ocorrida tardiamente entre nós<sup>1</sup>. Além disso, a tentação de encontrar soluções mágicas, focalizadas em um ou dois aspectos do funcionamento escolar, resulta sempre em desapontamentos por parte daqueles que esperam resultados da noite para o dia em sistemas complexos e marcados pelas múltiplas contradições de nossa sociedade.

O conceito de qualidade da educação deve supor a igualdade no acesso à escola. O grande desafio é justamente alcançar ganhos qualitativos significativos para todos e não apenas para alguns. A seguir, procuramos resumir, na forma de metas, os aspectos mais importantes a serem levados em conta nesse processo.

Os três níveis de governo deveriam fazer esforços conjuntos, e a sociedade civil deveria se mobilizar para, num curto prazo, atingir as seguintes metas:

1. Garantir a todas as crianças entre 6 e 14 anos o acesso aos 9 anos do ensino fundamental.
2. Assegurar que as escolas mantenham controle sobre a frequência dos alunos ao

---

<sup>1</sup> A Argentina e o Chile, por exemplo, universalizaram o acesso à escola primária no início do século XX.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 3

ensino obrigatório e mobilizem os setores de assistência social e as autoridades legais em caso de ausência injustificada por mais de uma semana.

3. Assegurar a todas as escolas: água potável; sanitário; luz elétrica; merenda diária; mesas e cadeiras para todos os alunos; biblioteca ou sala de leitura com livros acessíveis aos alunos; livros didáticos distribuídos no primeiro dia do ano letivo; material pedagógico básico; área externa para recreio e educação física; condições de segurança dentro e no entorno do prédio escolar<sup>2</sup>.
4. Assegurar que as escolas funcionem no máximo em dois turnos diurnos.
5. Garantir que os cursos noturnos sejam disponíveis apenas aos alunos em idade legal para o trabalho (acima dos 16 anos).
6. Assegurar que as escolas tenham professores qualificados em número suficiente, selecionados de acordo com seu merecimento, remunerados a partir do piso nacional mínimo, com salários pagos em dia.
7. Selecionar diretores de forma democrática, baseada em sua qualificação e dedicação à escola.
8. Assegurar que nenhuma classe de primeira a quinta série tenha mais do que 30 alunos e que nenhuma classe de sexta a nona série tenha mais do que 35 alunos.
9. Sindicatos, famílias, órgãos educacionais e a população em geral devem debater seriamente os direitos adquiridos dos professores das escolas públicas quanto a faltas abonadas ou justificadas e licenças.
10. As secretarias de educação devem se responsabilizar no sentido de evitar remoções e transferências de diretores e professores durante o ano letivo.
11. Os professores e diretores que trabalham em escolas de difícil acesso devem receber remuneração extra, como incentivo e reconhecimento.
12. Todas as escolas devem contar com profissionais experientes, em número suficiente, responsáveis por orientação pedagógica e formação continuada dos professores.
13. A carga horária remunerada dos professores deve prever horários de trabalho sem alunos, no recinto da escola.
14. As secretarias de educação precisam oferecer, a todas as escolas de suas redes, su-

---

<sup>2</sup> Estas parecem ser condições mínimas. No entanto, de acordo com dados do Censo Escolar, proporção significativa de escolas brasileiras não contam com esses recursos.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 4

supervisão pedagógica contínua.

15. A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental é desejável, para que exista uma ampla gama de possibilidades no fluxo dos alunos, que não se resumam às duas alternativas tradicionais, repetir de ano ou ser promovido. Os alunos com dificuldades de aprendizagem devem contar com supervisão contínua, aulas individuais de reforço ao longo do ano e estímulo ao apoio de suas famílias.
16. A inclusão das crianças de 6 anos completos na primeira série deve ser feita de forma a evitar completamente a possibilidade de repetência ao final desse primeiro ano.
17. Os sistemas estaduais e municipais precisam respeitar as diretrizes curriculares nacionais e garantir sua adaptação e detalhamento para o contexto cultural local.
18. A pré-escola deve ser universalizada para as crianças de cinco anos e, em seguida, para a faixa dos quatro anos. Quanto à creche, deve-se ampliar sua cobertura com garantia de qualidade, com maior urgência onde existe demanda.
19. No ensino médio são vários os desafios a serem enfrentados: ampliação da oferta de vagas; melhoria nas condições de funcionamento das escolas; revisão de sua concepção geral, de forma a contemplar as demandas sociais e culturais da juventude.
20. Os órgãos do poder judiciário devem acompanhar esse processo, pressionando e denunciando as autoridades omissas na gestão das escolas e/ou corruptas no uso dos recursos financeiros legalmente vinculados à educação.

Os investimentos necessários para obter progressos na educação do povo não têm sido prioridade para a maioria dos políticos, pois seus resultados não ganham visibilidade imediata junto ao grande público. No entanto, a história mostra que o desenvolvimento não se sustenta sem trabalhadores preparados; a superação da pobreza não ocorre apenas com a distribuição de ajuda monetária; a construção de uma sociedade democrática não é possível sem uma população educada; e a qualidade de vida de todas as pessoas encontra-se comprometida pelos altos índices de violência e insegurança de uma sociedade desigual e injusta.

A questão que fica é: nosso país será capaz da mobilização, da persistência e do esforço necessários para dar um salto de qualidade na educação de seu povo? ✕